

Educação Musical e o Aluno com Deficiência: discutindo a prática e propondo adaptações pedagógicas.

Music Education and the Handicapped Student: discussing the practice and proposing pedagogical adaptations in class.

Resumo

O presente artigo traz, num primeiro momento, uma reflexão sobre o contexto em que a educação musical se encontra inserida e alguns questionamentos sobre a formação do professor no que tange à inclusão de alunos com deficiências na aula de música. Baseado nessa discussão, o artigo aborda possíveis adaptações para que o professor de música possa inserir pessoas com necessidades especiais em sua prática pedagógica.

Unitermos: educação musical; adaptações; pessoas com deficiências.

Abstract

This article deals, firstly, with the context in which music education is inserted and with some questions concerning the formation of the music teacher working with handicapped students in the music class. Based on this discussion, the article deals with some adaptations available for the teacher in order to include students with special needs in his class.

Uniterms: music education; adaptations; handicapped people.

A) Inserindo a temática

Hans-Joachim Koellreutter (1998), educador musical e conceituado compositor alemão naturalizado brasileiro, afirma que a música é um meio de desenvolver faculdades para o exercício de qualquer atividade. De acordo com suas palavras, a música trabalha a concentração, a autodisciplina, a capacidade analítica, o desembaraço, a autoconfiança, a criatividade, o senso crítico, a memória, a sensibilidade e os valores qualitativos. Além do

que, pode valorizar o ponto de vista nacional, religioso, político e social. Sendo assim, ela é importante para a formação de todas as pessoas, pois, como afirma Gainza (1988): *a música pode, ao penetrar no homem, romper barreiras de todo tipo, abrir canais de expressão e comunicação e induzir a modificações significativas na mente e corpo.*

Embora Koellreutter e Gainza façam tais afirmações - as quais, inclusive, são confirmadas (teoricamente) pela maioria dos educadores musicais - na prática, a situação é um pouco diferente. De acordo com Lacorte (2003), a partir de meados do século XX, as artes, incluindo a música, foram submetidas às regras do mercado capitalista e à ideologia da indústria cultural baseada na idéia e na prática do consumo de produtos culturais fabricados em série. Música, hoje, ficou resumida ao que temos em contato através da mídia, uma música que segundo Murcho (1995) *impede qualquer possibilidade estética, ou qualquer julgamento de valor a seu respeito.*

De acordo com Reimer (1970): *a educação musical [...] tem lutado com o problema de justificar sua existência para a sociedade, da qual ela depende.* Dentro dessa sociedade massificada pela produção, a educação, em geral, tornou-se algo fragmentado e extremamente tecnicista. Há um esforço indiscutível para tornar a relação pedagógica cada vez mais produtiva. Assim sendo, há um interesse ímpar pelos métodos de ensino, pela tecnologia da educação, pelos instrumentos de avaliação, pela adequação curricular, pela especialização seccionada do conhecimento.

Apesar da luta dos educadores musicais, em princípio, ser em prol de uma educação musical de qualidade para todos, uma educação que complemente a formação do indivíduo de forma a lhe oferecer (através da música) subsídio para desenvolver-se melhor em outros campos da educação e da própria vida, percebemos que, na realidade, o processo pedagógico musical também é influenciado pela massificação e fragmentação do conhecimento em prol de uma produção. Tanto é que, seja na educação musical dentro do ensino básico, ou nos cursos específicos de música, ela fica, geralmente, à mercê do sistema educacional na qual ela está inserida: regras institucionais, conteúdo programático pré-estipulado, entre outros. Sendo assim, o aluno precisa obter um desempenho determinado, aprender certos conceitos em um tempo estipulado, para poder “tirar a nota”, “passar de ano”, “acompanhar a turma”. Isto é, a música, que poderia ser uma válvula de

escape desse processo, pois como menciona Atack (1995), *é uma ocupação essencialmente individual na qual não há competição ou jogo a ser ganho ou perdido, se torna mais uma escrava do sistema.*

Então, como fica uma pessoa que não consegue cumprir essas normas institucionais da maneira ou no tempo esperado? Sendo mais específico: como fica uma pessoa com deficiência dentro desse processo musical? Será que os professores de música têm preparação pedagógica para lidar com esses alunos? Será que os cursos de capacitação de professores abordam a inclusão de pessoas com deficiência também nas matérias de artes?

Segundo Cavalheiros (2002), a inclusão social é atualmente a maior preocupação no campo das necessidades especiais, tanto no Brasil como em outros países. Dessa forma, é preciso que a música, por ser algo representativo em todas as culturas, faça parte dessa inclusão. De acordo com o documento intitulado "Normas sobre Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência", adotado pela Assembléia Geral da ONU, em 1993 é obrigação dos países (entre eles o Brasil):

Procurar fazer com que as pessoas portadoras de deficiência tenham a oportunidade de usar ao máximo as suas capacidades criadoras, artísticas, não apenas em seu próprio benefício, como também para o enriquecimento da comunidade (Documentos Internacionais, 2002).

Além disso, o mesmo documento completa que é obrigação:

Fornecer materiais de qualidade, treinamento contínuo de professores e profissionais de apoio quando necessário; Permitir flexibilidade, acréscimo e adaptação aos currículos; Garantir que os alunos com deficiência tenham o acesso à mesma porcentagem de recursos educacionais destinados aos estudantes sem deficiências;

Por isso, faz-se necessário uma reflexão e mobilização maior sobre o sistema no qual a educação musical está inserida para que esta possa fazer jus à afirmação: "música é para todos". Como afirma Gardner (1994; 1995), em princípio, todos são capazes de aprender música, pois ela é inerente ao ser humano. É somente questão de respeitar as possibilidades de cada um e adaptar tal fazer para aqueles que possuem dificuldades acentuadas. Para tanto, precisamos questionar e talvez, reformular alguns pontos no que

tange a formação do professor de música. Assim, este pode incluir em seu contexto pedagógico, pessoas que diferem do que ele está acostumado.

Sampaio (2002) analisa o fazer musical referindo-se à música como algo que *acontece enquanto uma ação mental sobre o mundo e se realiza como uma forma do homem entender, organizar, classificar, interagir, manipular e ser manipulado, construir, desconstruir, enfim, uma forma de se relacionar com o mundo.*

Partindo dessa visão, podemos dizer que música abarca inúmeras possibilidades. Sendo assim, adaptar o fazer musical para pessoas com deficiência é algo possível em diversos níveis. Objetivamente falando, podemos contar com várias adaptações que podem beneficiar o portador de deficiência no contexto musical. Dentro de tais adaptações podemos citar: a Tecnologia Assistiva e as Adaptações Pedagógicas que descreveremos a seguir.

B) Tecnologia Assistiva

Tecnologia Assistiva (T.A) se define como:

Qualquer elemento, peça de equipamento, ou sistema, que seja adquirido comercialmente sem modificações, modificado ou feito sob medida, utilizado para aumentar, manter ou melhorar as capacidades funcionais de indivíduos com deficiências (HOPKINS 1998).

De acordo com Damasceno e Galvão Filho (2003) a TA tem por objetivo:

Proporcionar à pessoa portadora de deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social, através da ampliação da comunicação, mobilidade, controle do seu ambiente, habilidades de seu aprendizado, competição, trabalho e integração com a família, amigos e sociedade. [...] Podem variar de um par de óculos ou uma simples bengala a um complexo sistema computadorizado.

Especificamente em relação à educação musical, a Tecnologia Assistiva se destina mais ao auxílio de pessoas com deficiências físicas, pois, em princípio, baseia-se num utensílio de apoio àqueles que não conseguem executar determinada função física de outro modo. Algumas adaptações que podem ser proporcionadas pela T.A são:

a) Órteses: quando a pessoa utiliza um aparelho prescrito e fabricado por profissionais da área de saúde para estabilizar ou promover uma função física, e assim colaborar na execução instrumental. Em casos de impossibilidade de preensão palmar por acometimentos diversos (lesão medular; traumatismo cranioencefálico; paralisia cerebral), é possível, por exemplo, a confecção de uma adaptação que colabore para tal preensão e assim faça com que a pessoa segure ou manipule o instrumento desejado, ou mesmo o arco de um violino, a baqueta de um xilofone ou de uma bateria (Teixeira 2003).

b) Adaptação do instrumento musical: quando há alteração no instrumento em si ou a criação de instrumentos específicos para portadores de necessidades especiais a partir de instrumentos pré-existentes. Em uma instituição que atende pessoas deficientes físicas, em São Paulo, foi confeccionado um teclado adaptado, constituído de madeira leve e alumínio, com teclas ampliadas em suas dimensões (5,5cm), de forma que ao invés de ser digitado, o executante utiliza as mãos fechadas em forma de punho. (Nascimento 1998 In: Souza e Ferraretto, 1998).

c) Mobiliário: quando há alteração em móveis (cama, mesa, cadeira) com o fim de facilitar o estudo musical ou o posicionamento da pessoa portadora de deficiência física para a aprendizagem teórica ou prática instrumental. Por exemplo, mesa adaptada para cadeiras de rodas, cadeiras especiais ou estantes adaptadas, para utilização de partituras (Louro, 2003).

d) Softwares ou adaptações no computador: programas específicos que permitem o acesso ao computador através de comandos simples: um sopro, o uso de somente um dedo; adaptações no teclado ou mouse do computador, associados a programas musicais, de forma a permitir a escrita musical ou a programação e gravação de arranjos musicais.

e) Pranchas de Comunicação: fazem parte da "Comunicação Alternativa" que, por sua vez, integra a Tecnologia Assistiva. As pranchas de comunicação servem para colaborar na comunicação de pessoas que possuem muita dificuldade ou total impossibilidade de comunicação oral. A utilização da Prancha é bem simples: a pessoa com deficiência aponta os símbolos desejados e o receptor (a pessoa com quem ela está falando) lê o que está sendo apontado. Além das pranchas de comunicação, podem ser criadas as pranchas temáticas. A diferença entre elas é que a de comunicação é confeccionada por um

fonaudiólogo e a temática pode ser confeccionada por qualquer pessoa, inclusive um professor, pois não requer uma estrutura predeterminada. Na prancha temática são distribuídos símbolos que tenham a ver com um determinado assunto. Então, um professor de música pode, numa prancha temática, colocar o nome das notas, o desenho das figuras musicais, o desenho das claves, enfim, símbolos que se relacionam diretamente com sua disciplina, favorecendo, assim, a aprendizagem do aluno ou do grupo (Centro de Terapia Ocupacional 2000).

f) Adaptações arquitetônicas: de crucial importância para pessoas com deficiências, principalmente as com comprometimento físico. Rampas e/ou elevadores de acesso; banheiros adaptados com portas largas, barras de sustentação e pias baixas; corrimão nas escadas; chão anti-derrapante; portas largas nas salas de aula, entre outras adaptações, são somente alguns exemplos de adaptações arquitetônicas, essenciais para a independência e locomoção de pessoas com determinadas deficiências. Essas adaptações devem, de preferência, ser planejadas antes da construção do local em questão. Uma vez não integrando o projeto de construção, devem ser planejadas por engenheiros e arquitetos, visto que há normas de segurança e eficiência em relação a tais adaptações.

C) Adaptações Pedagógicas

Nem sempre uma pessoa com deficiência necessita de adaptações proporcionadas pela Tecnologia Assistiva. Determinadas deficiências, tais como a mental e visual, necessitam muitas vezes de outros tipos de adaptações. Passemos, então, ao exame dessas modificações, que chamaremos de *Adaptações Pedagógicas*.

Cada aluno, seja com deficiência ou não, possui sua própria história de vida, sua maneira de aprender, suas características físicas, psicológicas e culturais. Sendo assim, o ensino precisa ser eficiente e abarcar a diversidade. Por esse motivo, às vezes é necessário haver o que chamamos de “Adaptações Curriculares” que podemos conceituar como respostas educativas, dadas pelo sistema educacional (escola e professores) de forma a promover, a todos os alunos, acesso ao conteúdo programático e participação integral nas aulas.

De acordo com o “Ministério da Educação e Secretaria de Educação Especial” (2000), há várias modalidades de adaptações curriculares, que podem ser promovidas em prol da aprendizagem dos alunos. De modo geral, podemos citar:

a) Adaptações de Acesso ao Currículo: adaptações de responsabilidade do sistema político-administrativo, tais como: criação de condições físicas, ambientais e materiais para o aluno; adaptações arquitetônicas; aquisição de mobiliário e equipamentos de recursos necessários; curso de capacitação para os professores, entre outros.

b) Adaptações de Objetivos e de Conteúdos: de “*Objetivos*” — refere-se à possibilidade de se eliminarem objetivos básicos, ou à possibilidade de serem criados objetivos específicos para favorecer que alunos com deficiências possam conviver com os demais alunos. De “*Conteúdo*” – refere-se à possibilidade de se trabalhar com conteúdos programáticos diferenciados levando em consideração as necessidades e dificuldades dos alunos.

Assim sendo, se o objetivo do professor em relação a determinada turma, for, por exemplo, ensinar os princípios da leitura musical, todas as figuras rítmicas e leitura em todas as claves, poderá adaptar esse objetivo para um aluno que possua, vamos supor, deficiência mental, pois sua maior dificuldade é a capacidade de abstração e aquisição de conceitos. Num caso desses, o professor pode ter para com esse aluno, dentro do mesmo conteúdo, outros objetivos, tais como: ensinar somente duas figuras rítmicas, ou mostrar para ele que existem sons com durações variadas (mais “compridos” e mais “curtos”), por exemplo.

c) Adaptação do Método de Ensino e do Material: alterações na maneira de lecionar, no material utilizado para favorecer a compreensão dos alunos ou nas estratégias de ensino, levando em consideração as particularidades de cada um.

Por exemplo, transpor tudo que está escrito em tinta, para o Braille para os com deficiência visual total, ou para edições ampliadas ou coloridas para os com visão subnormal. Usar materiais palpáveis também pode ser um bom recurso. Por exemplo, o professor pode criar uma “pauta” (linhas onde se escrevem as notas) com barbantes e as notas podem ser tampinhas de garrafas. Assim, os alunos que não podem enxergar, podem compreender como funciona a leitura musical e participar da aula. Para os alunos com

deficiência mental, o professor pode usar uma linguagem mais acessível e exemplificar tudo de forma concreta, real, com materiais que eles possam tocar e ver.

d) Movimentos compensatórios: quando é utilizado algum movimento, ou parte do corpo que não seja o convencional, para se executar um instrumento musical, ou uma determinada música. Um exemplo a ser citado é de um estudante de piano, vítima de poliomielite que utiliza seu polegar como alavanca para tocar piano (Louro, 2003). Em princípio, a postura ideal da mão sobre o piano, é em forma de abóboda, ou seja, com todos os dedos levemente fletidos sobre o teclado. O aluno mencionado, por ser portador de uma mão extremamente hipotônica (musculatura fraca), não consegue manter seus dedos fletidos, nem possui força suficiente para percutir as teclas; dessa forma, ele apóia o polegar na madeira que se encontra abaixo das teclas, e utiliza-se do movimento do pulso para frente e para trás, fazendo com que o impacto do dedo na tecla a faça tocar.

e) Alterações musicais: discretas mudanças na escrita musical frente à obra original, de forma a não alterar seu conteúdo e sentido primordial, como a transposição da altura das notas, omissão de algumas notas de passagem, pequenas alterações rítmicas, aspecto visual da escrita como cores ou tamanho das notas.

f) Arranjos musicais: quando a alteração na escrita musical, frente à obra original, se dá com maior ênfase. Por exemplo, arranjos instrumentais, transposições, alterações harmônicas. Para exemplificar podemos mencionar o caso de uma gaitista, portadora de Distrofia Muscular Becker (doença degenerativa da musculatura do corpo) que, por possuir grande debilidade física, adapta o repertório à sua deficiência. Dentro de suas adaptações, podemos citar a sonata para piano op. 27 nº 2 de Beethoven, conhecida como "Sonata ao Luar", que foi transcrita pela jovem para gaita e teclado. Desse modo ela toca a melodia enquanto o tecladista executa o acompanhamento da música (Louro 2003).

g) Alteração técnico-musical: alterações na maneira de conduzir a música ou em aspectos técnicos, frente ao convencional, sem alterar o conteúdo essencial da obra. Tais modificações podem ser quanto ao dedilhado, distribuição de vozes, andamento, dinâmica, posicionamento das mãos, etc. Um exemplo a ser citado é de um violonista pernambucano que devido sua deficiência física, coloca o violão deitado em cima de uma plataforma e o toca como se fosse um piano. Assim, ele consegue executar o instrumento com grande

qualidade musical, mesmo possuindo uma deficiência que em princípio, o impediria de tocar violão.

D) Palavras finais

Enfim, é absolutamente possível transformar o fazer musical em algo concreto para pessoas com deficiências. É somente questão de interesse e informação por parte dos profissionais da área de educação musical. De acordo com Bang (1991), os *deficientes têm o direito moral, cívico e legal de receber um nível de educação artística semelhante ao das pessoas não-deficientes*. Sendo assim, é preciso repensar a educação musical e inserir em tal prática as diversas possibilidades adaptativas para que esse direito possa ser de fato cumprido.

Referências Bibliográficas

- 1- Atack, Sally M. *Atividades artísticas para deficientes*. Trad. Thaís Helena F. Santos. Campinas: Papyrus, 1995 (coleção Educação Especial).
- 2- Bang, Claus. *Um mundo de som e música*. In: RUUD, Even. (org). *Música e saúde*. Trad. Vera Bloch Wrobel, Glória Paschoal de Camargo, Miriam Goldfeder. São Paulo: Summus, 1991.
- 3- Cavalheiros, R. A luta dos portadores de deficiência. *Diário de Cuiabá*. Disponível em < www.saci.org.br > Acesso em: 18 Maio 2002.
- 4- Centro de terapia ocupacional. *Comunicação Alternativa: Estratégia*, 2000. Disponível em < www.comunicacaoalternativa.com.br > Acesso em: 2 Fev. 2003.
- 5- Damasceno, Luciana Lopes; Galvão Filho, Teófilo Alves. *As novas tecnologias assistivas: utilizando os recursos de acessibilidade na educação especial*, 2003. Disponível em < www.educacaoonline.pro.br > Acesso em: 18 de Janeiro de 2003.
- 6- Documentos Internacionais. *Normas sobre equiparação de oportunidade para pessoas com deficiência*. Trad. Marisa do Nascimento Paro. Revisão: Romeu Kasumi Sasaki, 1993. Disponível em < www.entreamigos.com.br > Acesso em 27 de outubro de 2002.
- 7- Gainza, V.H. *Estudo de psicopedagogia musical*. Trad. Beatriz A. Cannabrava. Coleção novas buscas em educação. 2. ed. São Paulo: Summus, 1988.
- 8- Gardner, H. *Estruturas da mente: a teoria das inteligências múltiplas*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.
- 9- _____. *Inteligências Múltiplas: a teoria na prática*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- 10- Hopkins, H.L. *Terapia Ocupacional*. 8. ed. Madrid: Panamericana, 1998.
- 11- Koellreutter In: Pavan, Alexandre. *Entrevista com Hans -Joachim Koellreutter*. Revista Mensal do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo, ano 25, nº 207, julho de 1998.
- 12- Lacorte, M. R. *A música como portadora de valores humanos essenciais*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes, 2003.
- 13- Louro, V.S. *As adaptações a favor da inclusão do portador de deficiência física na educação musical: um estudo de caso*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes, 2003.

- 14- Ministério da educação e Secretaria de Educação Especial. *Projeto Escola Viva – Garantindo acesso e permanência de todos os alunos na escola – Adaptações curriculares de grande porte*. Brasília: Ministério da educação, Secretaria de educação especial, 2000.
- 15- Murcho, D. Música e cognição. In: *Crítica: revista de filosofia e ensino de São Paulo*, 2000. Artigo originalmente publicado na revista Monitor (maio de 1995). Disponível em: http://criticanarede.com/mus_cognição.html Acesso em maio de 2001.
- 16- Nascimento, M.F. Reabilitação com Música. In: SOUZA, A.M.C. e FERRARETTO, I. *Paralisia Cerebral: aspectos práticos*. São Paulo: Memnon, 1998.
- 17- Reimer, B. *A philosophy of music education: contemporary perspectives in music education*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall, 1970.
- 18- Sampaio, R.T. *Novas Perspectivas de Comunicação em Musicoterapia*. (Dissertação - Mestrado em Comunicação e Semiótica - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo, 2002.
- 19- Teixeira, E. et al. *Terapia Ocupacional na Reabilitação Física*. São Paulo: Roca, 2003.